

TEMPOS DE SUSPENSÃO... graves e agudos da pandemia no espaço público

*Irlys Alencar F. Barreira**

A vida urbana durante a pandemia ampliou os antigos dilemas da sociabilidade nos espaços públicos. Em tais circunstâncias, as restrições impostas ao deslocamento da população nas ruas vieram à tona, rerepresentando matérias importantes para pensar. O artigo inventaria desafios observados através dos seguintes temas: vulnerabilidades e espoliação urbana, espaço público, sentimentos, comportamentos e interpelações à sociologia urbana em escala macro e microsocial. Baseia-se em trabalhos teóricos voltados à análise da vida cidadina no plano do convívio coletivo, pesquisas empíricas e observações feitas principalmente em Fortaleza.

PALAVRAS CHAVES: Cidade. Espaço Público. Afetos. Pandemia. Sociologia Urbana.

A vida urbana como expressão múltipla de processos macro e microestruturais se tornou complexa, tendo em conta a pandemia em sua forma globalizada, evidenciando os antigos dilemas da sociabilidade nos espaços públicos. Em tais circunstâncias, os temas da espoliação urbana, as restrições impostas pelo uso e deslocamento da população nas ruas vieram à tona, rerepresentando matérias importantes para pensar. Clássicas e contemporâneas porque o próprio convívio coletivo figurado nas formas de sociabilidade se tornou centro da questão social.

Este artigo inventaria alguns dos desafios recentes provocados pela pandemia, em diálogo com aportes teóricos da sociologia urbana, ressaltando aspectos do viver citadino em sua complexidade. Parte-se da hipótese de que a situação atual não só apresenta questões novas a serem analisadas como reatualizam antigas. Serão priorizados, no conjunto das reflexões, os seguintes temas: vulnerabilidades

e espoliação urbana, espaço público, afetos, comportamentos e interpelações à sociologia urbana em escala macro e microsocial.

O artigo tem como referência trabalhos teóricos que se voltaram para análise da vida cidadina no plano do convívio coletivo, debates intelectuais, ensaios e pesquisas suscitados pelo advento da pandemia e observações empíricas feitas principalmente em Fortaleza.

VULNERABILIDADES E ESPOLIAÇÃO URBANA

Contrariando o senso comum que considera a pandemia em sua relação indiscriminada com os indivíduos, o pensamento sociológico pontua seus efeitos associados a situações sociais diversas. Assim, para além de pensá-la como algo que atinge a todos indistintamente é fundamental observar seus efeitos no desnudamento da vida social: a crueza diversa de problemas que trazem à tona as condições de vulnerabilidade de determinados segmentos sociais. Em Fortaleza, por exemplo, o evento “morte” se acumulou nas regionais periféricas,

* Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFC). Av. da Universidade, 2.995, 1º andar – Benfica. Cep: 60020-181. Fortaleza – Ceará – Brasil. irlys.firmo@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-3964-946X>

não obstante o registro de contaminações por Covid-19 incluir bairros de classe média alta como Aldeota e Meireles.¹

O tema da vulnerabilidade urbana esteve presente especialmente nas pesquisas de Kowarick (1979; 2000; 2009) voltadas à análise de desigualdades explicitadas em várias dimensões da vida social. Trata-se de uma versão analítica que é análoga à reflexão de Francisco de Oliveira (1972) sobre a expansão capitalista brasileira associada ao alargamento da pobreza. Desenvolvimento, riqueza e miséria constituem, nesse viés analítico, fios de uma mesma trama, em contraponto à teoria da dependência e às concepções dualistas presentes no pensamento brasileiro e latino-americano (Cardoso; Faletto, 1979).

As cidades foram analisadas, na abordagem de Kowarick, como complexos estruturados de espaços e situações reveladoras de desigualdades em vários setores da vida urbana. O uso deficitário do transporte, a precariedade da moradia, a dificuldade de acesso a bens coletivos de consumo, tais como saúde e educação, atestavam as condições insatisfatórias de reprodução social, típicas do capitalismo consolidado em metrópoles brasileiras.

A versão de fatores articulados sob o prisma da totalidade percebeu as cidades em sua dinâmica contraditória, destacando-se a presença de processos sociais de acumulação e segregação, também orquestrados pela expansão do capital imobiliário. A existência de periferias construídas pela expulsão de populações e a valorização da terra urbana seriam expressões nítidas do modelo predominante.

As cidades brasileiras, como lugar de desigualdades sociais e fragilidade de condições de vida, foram assim interpretadas pelas lentes da espoliação urbana balizadora de carências e precariedades. Precariedades que traduziam a continuidade das formas de extorsão instituídas não só no âmbito do trabalho, incluindo

ainda o acesso desigual ao conjunto de meios necessários à sobrevivência dos indivíduos nas metrópoles. A vulnerabilidade, nesse sentido, não representava apenas circunstâncias casuais na vida de segmentos sociais, antes indicando um modelo peculiar de expansão urbana.

Articulada ao tema da vulnerabilidade, a espoliação urbana, como ferramenta conceitual, permitiu observar a vida cidadina em sua expressão ampliada, funcionando como chave de leitura capaz de unir processos sociais amplos e vivências cotidianas, tais como a fadiga, a espera e o tempo gasto no deslocamento da casa ao trabalho.

Na paisagem dessa reflexão, pode-se pensar de que modo a pandemia contribuiu para explicitar o que já existia previamente no conjunto da experiência urbana. A transmissão comunitária do vírus, acentuada nas formas de moradia em favelas e a ineficiência de oferta dos transportes coletivos, atuando junto a empresas privadas e sem subvenção do estado, apontaram a impossibilidade de seguir as recomendações sanitárias para amplos segmentos da população (Rosa Filho; Campos, 2020).

A falsa alternativa entre *ou a economia ou a vida*, presente em muitas formulações, incluindo o discurso político oficial, criou ilusórios dilemas, separando planos existenciais. A separação, de fato, emergiu de outra forma: os que podiam e os que não podiam ficar em casa.

Em Fortaleza, a situação não foi diferente. Informações obtidas por meio de pesquisa realizada na capital cearense atestaram o dilema das desigualdades sociais e as dificuldades de cumprimento das metas governamentais estabelecidas para a contenção da pandemia (Nilin et al., 2020).

O isolamento e o distanciamento social – recomendações instituídas nas políticas de regulação dos contágios – não tinham em conta as condições de segmentos mais pobres da população, sem alternativas para manter o trabalho on-line e obrigados a transitar em locais de muito adensamento. A referida enque-

¹ Disponível em: <https://www.Who.int/covid-19>. Acesso em: 12 abr. 2022. Informe semanal Covid 19, Prefeitura Municipal de Fortaleza.

te que abrangeu bairros populares da periferia urbana comprovou a obrigação presencial de muitos trabalhadores nos postos de trabalho, tendo ainda que enfrentar deslocamentos em transportes lotados.

Foi constatado ainda que as classes médias e altas reuniam maior quantidade de recursos para manter o isolamento social por conta da possibilidade de executar o trabalho on-line e poder circular em espaços amplos, desde a moradia, incluindo principalmente oportunidades de lazer

As desigualdades que comportam diferenças de condições materiais e culturais, seguindo a acepção de Bourdieu (1979), influenciaram reações e comportamentos, considerando-se que as informações sobre a pandemia não foram assimiladas de modo uniforme. Segundo os dados da referida enquête, houve a manutenção de usos dos espaços coletivos em bairros populares, a exemplo de feiras livres, jogos de bola, eventos religiosos, além do costume usual de cadeiras nas calçadas para “uma prosa no final da tarde”. Esses são hábitos populares que se coadunam com a falta de alternativas de lazer em casas de veraneio ou clubes, além do espaço restrito de moradias, criando uma espécie de “falta de opção” para segmentos sociais que vivem em adensamentos cotidianos. De fato, o que ficou conhecido como “descumprimento de regras” se associou à impossibilidade efetiva de estabelecer novos modos de vida, trabalho e lazer. As informações obtidas na pesquisa atestaram que o perfil dos que se deslocam para o trabalho é o de renda mais baixa, comprovando a natureza de classe da espoliação urbana.

Informações originadas de outra pesquisa em Fortaleza atestaram que o acesso a serviços de saúde e os modos de vida interferiram no enfrentamento da pandemia entre segmentos amplos da população residente em favelas (Pequeno, 2020).

No desnudamento das desigualdades sociais, evidencia-se a importância da categoria vulnerabilidade, observando-se a ineficácia

de instituições e políticas públicas urbanas de longo alcance na realização de intervenções necessárias. A transmissão comunitária presente nas formas de moradia em favelas, a impossibilidade de seguir as recomendações sanitárias e a precariedade dos transportes coletivos favoreceram a transmissão do vírus, não obstante o governo local instituir medidas de emergência na rota contrária às recomendações do Governo Federal.

A experiência de pesquisa para elaboração dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) em Fortaleza mostrou que as condições precárias de moradia, o saneamento e a densidade populacional nos bairros populares dificultam a instituição de novas regras de convivência (Barreira; Nilin, 2021).

As marcas de classe do vírus evidenciaram uma espoliação urbana capaz de impor um “viver em risco” em sua forma radical. No entanto é possível dizer que a pandemia alargou efeitos a diferentes segmentos sociais, atingindo o coração da sociabilidade urbana. O espaço público e suas mudanças mais impactantes se tornou um lugar significativo para observação de efeitos sociais também extensivos ao conjunto da população.

Espaço público, afetos e comportamentos

De uma perspectiva histórica, é importante lembrar que a noção de espaço público teve na cidade moderna a expressão nítida de florescimento. À medida que as cidades se desenvolviam com trocas sociais variadas, independentes do controle real direto, a urbe foi identificada como lugar onde diferentes se encontravam.

O espaço público nas cidades comporta, ao longo da história, uma morfologia expressiva. Adensamentos e ritmos apressados que caracterizam o encontro entre indivíduos desconhecidos representaram uma faceta da modernidade, trazendo novas contradições sobre a vida cotidiana e repercutindo sobre os usos

do tempo e do espaço (Harvey, 1993a). Ao mesmo tempo, essa forma de convivência societária construiu a prevalência de um “coletivo” que se impunha para além de formas personalizadas de comportamento.

O espaço público na sua origem não se resumia a uma formulação geográfica, instituindo um ambiente construído no qual existia uma autoconsciência social, formada pela existência de foros de representação, clubes literários, musicais e sociedades artísticas, particularmente a imprensa, como formadores de um debate público (Habermas, 1984). A cidade que surgiu no final do século XIX acolhia instituições voltadas para a prática política, para o lazer e a educação, tornando-se um lugar paradigmático de concentração de atividades. Inaugurava-se, assim, uma forma de viver e comunicar que, no decorrer do tempo, foi sendo ampliada em escala crescente.

Não é possível, entretanto, pensar o espaço público em uma direção evolutiva. Sennett (1999), discutindo sua gênese ao longo da história, afirma que foi nesse ambiente de trocas múltiplas que se explicitaram as regras de convivência coletiva. Paradoxalmente, a valorização da intimidade e a busca de refúgio no mundo privado provocaram o que ele nomeou de “declínio do homem público”, condição que contribuiu para o empobrecimento da vida cívica.

É certo que o espaço público, se examinado em situações concretas, é também um lugar de segregação que abriga tensões entre apropriações individualizadas e pressão construída à base de obrigações coletivas. A pandemia restringiu e estratificou ainda mais as formas vigentes de sociabilidade, interditando usos e repondo acessos desiguais. Em Fortaleza, durante as fases mais agudas da pandemia, bares e restaurantes, considerados refúgios dos finais de semana, ficaram vazios. Em compensação, praias afastadas, *resorts* e condomínios distanciados do convívio popular foram alternativas para segmentos sociais mais abastados.

O comportamento nos espaços públicos

durante a pandemia alterou os ritos interativos (Goffman, 2010), criando gestos de barreira e distância em relação ao corpo do outro. A ausência do aperto de mãos, beijos por ocasião do cumprimento e outras formas alternativas de toque remodelaram o formato dos encontros. A máscara, provocando o embaraço do reconhecimento, interditava o sentido do rosto como espaço de identificação do outro a partir das variáveis como sexo, idade e cor da pele (Bittencourt; Hoelz, 2021).

Se a máscara indicava o afastamento do outro, na medida em que reduzia seu reconhecimento a distância, possibilitou também o autocontrole da população. O indivíduo desprovido dessa proteção passou a ser visto como provocador e individualista, despreocupado com o sentido de coletividade que cada um deveria portar. Assim o vírus criou o afastamento, mas também reativou a ideia da conexão entre indivíduos, trazendo à tona a percepção de que o comportamento de cada um repercute sobre o coletivo.

Algumas práticas significativas instituíram *performances*. O cuidado para espirrar apoiando-se no antebraço, a abertura do elevador com o cotovelo, evitando o uso das mãos, a distância regulamentada em filas e estabelecimentos, os avisos de contenção da proximidade passaram a reiterar o cuidado de si e a conexão coletiva. Em síntese, o uso de máscaras, ao lado de outras práticas de proteção induziram a noção de *público*, mobilizando potencialmente um compromisso de afirmação do laço social.

Os gestos de barreira que se tornaram usuais em determinados períodos, interditando e, ao mesmo tempo, criando formas simbólicas de comunicação, foram capazes de conferir uma organicidade de crenças. A existência de uma memória entre sujeitos e suas relações com o coletivo produziram formas novas de solidariedade em um mundo ameaçado pela sobrevivência, criando a simbologia da Covid-19 como a doença do contato social (Calhoun, 2021).

As regras interativas e o controle de uso dos espaços se tornaram, por outro lado, indi-

cadres de posicionamentos tanto ideológicos como expressivos de uma visão de mundo. É possível acrescentar que percepções e comportamentos sobre a pandemia criaram uma espécie de territórios com suas antigas e novas “batalhas morais” (Miskolci, 2021), aludindo ao lema da valorização da vida contra sua banalização. Nesse sentido, não só questões da primazia do econômico sobre os demais fatores da vida social vieram à tona. A temática ambiental, vista em uma escala mais ampla, entrou na pauta das discussões referentes à necessidade de pensar a vida a longo prazo. O debate entre o uso da vacina ou cloroquina indicou oposições que pontuaram o cenário social e político, dando a ciência um lugar de protagonismo crítico às políticas de saúde que se reproduziu nas redes sociais. Os movimentos levantados pelas *hashtags* #emdefesadaciência, #emdefesadoSUS e #vacinaSim agregaram adesões, mobilizando opiniões e suscitando agenciamentos no espaço público presencial e virtual.

As cidades notabilizaram uma espécie de janela dos acontecimentos. Descrevo como ilustração um cenário típico do momento em que a notícia do aumento de mortes, antes da chegada da vacina, criou situações especiais em moradores de classe média.²

Fortaleza, 3 de maio de 2020

Esse era o momento em que as ruas, quando observadas do alto de edifícios, se mostravam esvaziadas, apenas ocupadas por transeuntes esparsos. O fluxo de veículos era também baixo, assemelhando-se ao trânsito característico das primeiras horas da manhã.

A capital cearense, com a população atual, estimada em 2.703.391 habitantes, é conhecida pela primazia de carros particulares sobre os transportes públicos. O ruído usual de buzinas, anteriormente acionadas com fre-

quência, foi substituído por barulho de motos que realizavam atividades de entrega, em tempo mínimo, mesmo no período noturno. A rapidez contava positivamente na concorrência de um negócio que foi se estabelecendo por meio de aplicativos. O *Rap 10* se tornou conhecido pela presteza no atendimento.

As entregas atendiam a necessidades diárias, pois muitos moradores passaram meses sem entrar nos elevadores à espera de decréscimo dos índices de contaminação. Os serviços de entrega demandados incluíam principalmente alimentos e farmácias, produtos que tiveram aumento expressivo de consumo no período de grande incidência do vírus.

Além das recomendações governamentais repetidas de “fique em casa”, moradores pautavam-se pelo exercício da vigilância mútua. A cada notificação de incidência da doença, entre condôminos, os cuidados eram dobrados. As regras se tornaram generalizadas: apenas um usuário nos elevadores, máscaras obrigatórias, dispositivos de álcool e circulação mínima de entregadores. As mercadorias postas dentro de elevadores eram retiradas seguindo a distribuição para cada consumidor. O aviso aos moradores de edifícios de que alguém havia adquirido o vírus fazia parte das medidas coletivas de proteção.

Os noticiários eram espécie de organograma das regras, pois mantinham, por meio das estatísticas, informações sobre novos casos de contaminação e registro diário de mortalidades, além de apresentar narrativas de familiares de vítimas. A estatística crescia em impacto quando os exemplos se materializavam em perdas de pessoas de conhecimento público, tornadas espécies de ícones da tragédia sanitária.

Relatos identificadores da circunstância dos contágios eram assim explanados: “eu estive em um aniversário, participei de um jantar, encontrei um amigo etc.”. As informações genéricas apresentadas por meio de mapas eram também acrescidas de presença de rostos na tela do noticiário da Rede Globo, revertendo o anonimato dos números. Suposto anonimato,

² A descrição da situação tem base em observações e relatos de moradores da zona leste de Fortaleza.

porque todos os habitantes tinham, em determinado momento de extensão da pandemia tinham, se não parentes, ao menos um conhecido ou amigo que se tornou vítima fatal do vírus. Imagens de abertura de covas e caminhões que transportavam corpos se tornaram ícones de uma tragédia diária, contrariando os ritos sociais de despedida.

A televisão revelou também a presença de discursos em conflito, apontando o teor político da disputa entre narrativas. As fotos de vítimas simbolizavam o protesto contra a morosidade da vacina com seus desdobramentos políticos.

A situação descrita a partir de observações vivenciadas pode servir de paradigma revelador de acontecimentos que instituíram marcas temporais e espaciais em várias cidades brasileiras. O cotidiano rotineiro alterou o calendário da vida.

Outras faces mais trágicas foram registradas na metrópole paulista. Bonduki (2020), descrevendo o Centro de São Paulo, em 19 de março, às 20 horas, observa o modo de vida de moradores de rua em condições habituais de sociabilidade, sendo parte significativa consumidora de crack e vivendo em abrigos improvisados. O pesquisador destaca o descompasso entre as medidas recomendadas e as formas de vida improvisadas, completamente distante das regras sanitárias. As 44 mil famílias vivendo em cortiços traduziam uma situação que de saída desautorizava o confinamento. As demandas por medidas de higiene e saneamento, previstas desde plano Haussamnn, incluindo a demolição de cortiços em nome da saúde e preconizando a necessidade de luz, ar, água limpa e saneamento nas ruas, pareciam voltar no tempo.

A relação entre incidência da pandemia e segregação socioespacial em São Paulo e outras metrópoles brasileiras indica que o aumento da pobreza e exclusão social favoreceu a expansão da pandemia. Mesmo que o número de casos tenha inicialmente se manifestado em moradores com melhores condições de vida, a incidência do vírus em favelas, transportes pú-

blicos e cortiços apontaram efeitos devastadores (Bógus; Magalhães, 2021).

Em Fortaleza, a pandemia evidenciou a importância dos espaços livres. Um novo uso das praças e praias assumiu ares de “redescoberta”. É verdade que a capital cearense foi, ao longo de décadas, modificando seu traçado urbano, intercalando verticalizações e busca de compensações espaciais por meio de praças e áreas coletivas em condomínios. A remodelação urbana de Fortaleza, desde a virada do século XIX, assumiu aspectos similares a outras cidades, baseando-se na crença no progresso que fundamentou as estratégias de intervenção urbana. A remodelação de praças tradicionais do centro da cidade se alinhou com as reformas produzidas na Europa, a exemplo de estilos arquitetônicos adotados.

A transformação gradativa da cidade em metrópole ocorreu repetindo situações parecidas com outras cidades brasileiras: amplo e rápido crescimento e convivência simultânea de modernização e pobreza. Desde a década de 1970, a verticalização definiu a paisagem urbana, solidificando uma forma de morar que foi se radicalizando nas décadas de 1980 e 1990.

Depois da emergência da pandemia, as zonas urbanas de segmentos sociais de classe média foram classificadas entre locais de lazer seguros ou perigosos, pautando-se principalmente na prevalência de ambientes fechados ou abertos. Antigas e novas formas de segregação aparecem em condomínios fechados, sítios e praias, onde se torna possível manter-se afastado das “misturas” e do risco de contaminação. As praças também ganharam um novo estatuto de convivência regulamentada no sentido de evitar aglomerações.

As regras de frequência nos bares durante os períodos de relaxamento incluíam separação entre mesas, interditando adensamentos. O controle das entradas em estabelecimentos depois da instituição das vacinas sinalizou outro momento de regulação.

Por outro lado, a impossibilidade de convivência no espaço público contribuiu para a

ressignificação da vida privada. É quando a habitação de moradores de classe média é adaptada para evitar situações de contágio, mantendo possibilidades de isolamento e reterritorialização do espaços reservados à intimidade.

O trabalho a domicílio produziu efeitos sobre as condições de sociabilidade não só atuais como futuras. Escutamos de muitas pessoas a percepção de que o trabalho remoto veio para ficar, havendo a pandemia inaugurado uma forma de poupar deslocamentos e economizar o tempo. Trata-se de pensar nos modos objetivos e subjetivos de resolução de problemas que, ao mesmo tempo, intensificaram a presença de redes sociais com impactos nas lógicas utilitárias (Martins, 2010).

De fato, as reuniões virtuais, a presença de um público mais ampliado em eventos acadêmicos internacionais ou empresariais, enfim, a possibilidade de encontros, independentemente da presença física, potencializaram a educação a distância, promovendo maior racionalidade e economia nas decisões. Trata-se de uma oportunidade que não se estendeu igualmente a todos, na medida em que a pandemia mostrou também a carência de acessos à internet de segmentos amplos da população. A regulação de trabalhos por meio remoto também criou um circuito de impossibilidades, atingindo não só os trabalhadores, mas também estudantes sem acesso ao sistema.

Outro aspecto bastante difundido nos meios de comunicação diz respeito ao aumento da violência doméstica contra as mulheres e à sobrecarga de trabalho. Depoimentos de noticiários televisivos e impressos jornalísticos atestaram o fato, realçando a necessidade de controle e interferência institucional. Tudo se passa como se a permanência na casa materializasse as formas de dominação cotidianas menos visíveis.

O exercício doméstico do trabalho também instituiu uma relação complexa entre público e privado. Retirando do espaço doméstico a condição de lugar de descanso, criou a “disponibilidade permanente”, uma espécie de

circuito de urgências a resolver, sem a hipótese do dia seguinte. Alterou, desse modo, a regulação do tempo e do espaço, transformando os vários recantos da casa em potenciais lugares de trabalho.

Antecipar-se no tempo, relativizando os espaços físicos é análogo ao que Giddens (1991) nomeou de deslocamento das relações locais para as relações globais, característica mais radical e distintiva da modernidade. Concretamente, as queixas sobre horas a mais trabalhadas nesse novo sistema indicam a possibilidade de pensar sobre formas emergentes de espoliação urbana, estas também ampliadas a uma classe média que vive do trabalho intelectual ou burocrático.

A pandemia, não obstante as especificidades de contextos geográficos, apresentou a vulnerabilidade urbana em uma expressão dramática, pondo na ordem do dia questões de natureza pública, ética e científica. Nesse sentido, condensou processos sociais urbanos que tocam o modo de ocupação dos espaços e as formas de sociabilidade. Fez vir à tona a projeção da cidade sustentável, mobilizou afetos.

As doenças coletivas entram na reflexão sobre o rol dos costumes que acompanham as regras e hábitos de convivência ao longo da história. Nesse sentido, é importante recorrer a Elias (1990) em sua robusta análise sobre os sentimentos e o processo civilizador, na qual registra a trajetória de relacionamentos sociais, condutas e paisagens de uma época. Trata-se de modos que incluíam alimentação, vestimentas, cumprimentos e reação diante de ameaças.

Seguindo a proposta metodológica de Elias, Goldsblom (1987) identificou as respostas sociais às grandes pandemias, tais como lepra, peste, sífilis e aids. No período do processo civilizador vigente na Europa entre 1500 e 1900, observa o autor que ocorreu um “muro invisível de afetos” entre um corpo e outro, introduzindo ações e percepções de separação e repulsão. Pontua Goldsblom que as reações causadas pelas grandes epidemias nem sempre se reportavam aos temas do direito à saúde, até

que o discurso médico se tornou hegemônico, interferindo diretamente nas atitudes coletivas face às doenças e suas ameaças de difusão.

Seguindo essa trilha analítica, é possível perceber que o momento mais recente da Covid-19 incidiu na alteração das regras de civilidade, tais como a vigilância e a demanda de princípios gerais de cidadania nos usos do espaço público. O reforço de leis, as medidas de segurança baseada na observação de mortes e a oferta de leitos hospitalares deram o sentido de um coletivo ameaçado em evidência. A situação crítica produziu efeitos na balança nós-eu, conforme argumenta Linklater em relato a Bittencourt e Hoelz (2021), seguindo as formulações de Elias, contribuindo para o autodomínio e controle por meio de constrangimentos externos. Princípios de solidariedade também se reativaram, sendo comum a distribuição de cestas básicas e o aumento da tolerância com o pedinte ou o morador de rua.

Tomando como referência o conceito de sociabilidade em Simmel (2002), é possível observar que a situação provocada pelo vírus inaugurou um sistema de comunicação alimentado por gestos e palavras signatários de novas formas de relacionamento. Vocábulos utilizados no período podem ser listados: *isolamento social, lockdown, quarentena, distanciamento social, coeficiente de risco, taxa de transmissão comunitária, variante do vírus, índice de contaminação, resistência e imunidade* (Frúgoli, 2020).

Hochman (Bittencourt; Hoelz 2021), refletindo sobre a temporalidade dos vocábulos, lembra que o dicionário público da pandemia é similar ao utilizado nas ciências sociais: *afastamento, contágio, crise, cuidado, desigualdade, distopia, segurança, interação, isolamento, limpeza, crise, cuidado, desigualdade, interação, isolamento, ocultamento, medo*. Trata-se de uma linguagem que se amalgamou em diferentes lugares e domínios de saber. O vocabulário se faz acompanhar de gestualidades, imprimindo novas formas de comunicação. O toque de mãos com os punhos fechados,

a imitação de abraços, cruzando os braços com o próprio corpo, convencionando o desejo e a contenção da proximidade indicaram as novas formas de comunicação nos espaços públicos.

Entre os sentimentos difundidos nesse momento, o medo ocupou um lugar fundamental.

O cenário de ruas esvaziadas fez aumentar o temor ao estranho e eventual portador do vírus. Os modos de retraimento e a experiência do medo afrontaram o sentido de ousadia que parecia compor a figura do *flanêur* visto como expoente significativo da modernidade (Benjamin, 1982).

O temor à pandemia se difundiu com a expansão do vírus, reproduzindo-se em larga escala e se tornando um sentimento coletivamente partilhado. Seguindo as características da difusão de notícias, o medo se materializou em situações concretas de morte e ameaça por conta da disseminação da doença em escala galopante. A proximidade das ocorrências e a evidência de casos de morte (mais de mil por dia) foram dando substância ao sentimento que se materializava nas estatísticas presentes em vários lugares do mundo. Uma situação que certamente seria nomeada de anomia, segundo o conceito de Durkheim (1973), expressiu a busca de referências amparadas no discurso médico e nas instituições voltadas para pensar formas coletivas de controle.

O historiador Jean Delumeau (1993), expondo a história do medo no Ocidente, verificou que os indivíduos estão engajados em uma relação permanente com aquilo que é pensado como a menos heroica das paixões humanas. Examinando a história de longa duração, o autor conclui que as civilizações estão comprometidas no diálogo com o medo. Este esteve presente em várias circunstâncias da vida social: as trevas e os fantasmas da noite que assustaram coletividades, a presença da peste nas cidades, as ameaças escatológicas que apontavam as profecias ou as determinações de um deus vingador, as seitas, feitiçarias e a demonologia. Tudo isso era acompanhado de um processo de cristianização e moralização,

ampliado a partir das reformas religiosas que disciplinavam populações, vistas como portadoras de uma liberdade selvagem. O medo era visto como punição do pecado (Duby, 1998).

Michel Foucault (1988), interessado no registro genealógico da disciplina reguladora dos sentimentos, verificou a presença cada vez mais marcante das instituições na organização da vida social. As separações presentes no espaço físico, a exemplo dos hospitais, manicômios, asilos e prisões, tinham como objetivo encerrar o “mal” em lugares pontuais de reclusão, na busca de controlar processos reais ou imaginários de contaminação.

A ideia de uma nova sensibilidade presente desde o século XIX teve na cidade um ponto fundamental de referência. As máquinas, as multidões e as cidades eram não só componentes do progresso, mas do fascínio e do medo presentes nesse período (Bresciani, 1985). A regulação que atravessou um longo período histórico desde o século XIX teve como desafio controlar o medo das multidões nas ruas. Não saber identificar os indivíduos criava o risco de embaralhar o mapa dos conhecimentos, reconhecimentos e das defesas.

Em contexto mais recente, o padrão de organização espacial baseado em muros e enclaves fortificados (Caldeira, 2003; Moura, 2014) tem referência direta no medo do crime violento, também indutor de uma segregação que reforça distâncias sociais baseadas em preconceitos.

Os temas da proteção e segurança estão também no eixo das preocupações de parte significativa das cidades contemporâneas analisadas por Bauman (2008), reportando-se ao súbito horror ao crime. O que parecia oculto nas esquinas sombrias de áreas centrais provocava esvaziamento. Viver na cidade, segundo ele, é uma experiência ambígua, e a desordenada variedade do ambiente urbano é uma fonte de medo e incerteza. Defensor dos ideais de diversidade, o sociólogo polonês afirma que, diante da obrigatoriedade das convivências, é importante viver em paz com diferenças e beneficiar-se da variedade de espaços.

É considerando que a pandemia se tornará o símbolo de medos e incertezas derivadas da imprevisibilidade e das articulações globais que Linklater (Bittencourt; Hoelz, 2021) indaga até onde as sociedades podem transcender respostas à crise que sejam guiadas pelo medo. Na sequência, pergunta ainda até que ponto as sociedades podem ter perspectivas autônomas de enfrentamento a processos não planejados.

As questões até aqui tratadas remetem ao papel das ciências sociais, especificamente a sociologia urbana, como farol analítico para entender os desafios recentes que se encontram em curso. Sem pretender dar conta da quantidade de reflexões que se fizeram presentes em muitos espaços por meio de redes sociais e eventos acadêmicos difundidos online, sinalizo algumas interpelações de uma crise que continua surpreendendo, mobilizando elaborações conceituais e pensamentos construídos no calor da hora.

INTERPELAÇÕES À SOCIOLOGIA URBANA EM ESCALAS MACRO E MICROSOCIAL

A sociologia nasce em momentos de crise e mudança social, sendo convocada a analisar situações de impacto em diversas circunstâncias históricas. A ciência do social se debruçou sobre os problemas do pós-guerra, as consequências da industrialização, a urbanização e a repartição desigual da produção.

A pandemia vem constituindo uma das ocorrências mais impactantes em curto prazo, com efeitos temporais e espaciais que se revelam nas formas de sociabilidade cotidiana. Ela pode ser vista como expressão de um sintoma social, evidenciando o confronto dos excessos, a desaceleração das trocas sociais face a face e sua substituição por outras formas de comunicação, a exemplo das redes sociais.

Outra perspectiva de espaço público advém da presença marcante das redes sociais, que passam a constituir espécies de dobradu-

ras que acolhem novos atores e induzem a proliferação de acontecimentos por meio de notícias e indução de opiniões.

Variáveis temporais e espaciais passaram a compor um calendário de projeções. As expressões “antes da pandemia”, “depois da pandemia” e “novo normal” constituem referências temporais que passaram a atuar como espécies de dispositivos, cálculos e investimentos com fortes repercussões no planejamento das rotinas existenciais.

Os temas candentes que atravessam a vida ao longo da história e seu rebatimento nas interpretações evoca também a analogia weberiana da *eterna juventude* das ciências sociais diante do decurso dos frequentes desafios (Weber, 2011). A esse respeito, Martins (2021) lembra a vitalidade dos acontecimentos que tornam obsoletos valores e crenças da noite para o dia. Lembra, no entanto, que o próprio pensamento clássico já tem a abrangência para acolher o repentino e o inesperado. A sociologia se renovaria ao deparar com um tempo surpreendente de seu tempo de origem, o que demanda um olhar para as emergências iluminado pelas lentes do conhecimento acumulado.

É importante atentar a vasta produção de artigos, seminários e livros que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos, pontuando momentos distintos da pandemia. Pesquisadores de diferentes áreas foram convocados a dar pronunciamentos, fazer previsões e buscar diálogos interdisciplinares. No curso dos desafios, cientistas se reuniram em diversos fóruns, retomando eixos importantes de reflexão que pontuaram as ciências sociais em vários momentos.

Recompor o estado da arte dessa reflexão merece uma pesquisa à parte não integrando os objetivos deste artigo. Em uma observação panorâmica, é possível distinguir abordagens que reafirmaram os princípios de esgotamento de um modelo de sociedade baseado no liberalismo e seus efeitos na devastação da vida ambiental e social. A esse respeito, Harvey (2020), em escrito difundido nas redes sociais, afirmou o seguinte: “Se eu quisesse ser antro-

pomórfico e metafórico, concluiria que a covid é a vingança da natureza por mais de quarenta anos de maus-tratos brutais e abusivos ao meio ambiente, pelas mãos de um extrativismo neoliberal violento e não regulamentado”.

De outro lado, emergiram formulações baseadas na crença do ressurgimento de novas possibilidades de vida capazes de articular processos políticos e civilizatórios (Santos, 2020). As potencialidades de superação da crise seriam objetivamente provocadas pela impossibilidade de continuidade da devastação da vida ambiental e social. Trata-se de tempo de crise que revelaria a afirmação radical de tendências já previamente construídas, mas de forma pouco visível.

Transformar questões sociais em problemáticas sociológicas é a primeira observação que se impõe nesse momento, considerando que situações críticas são também acionadoras de versões eivadas tanto de otimismo como pessimismo. É quando a *juventude* da sociologia exige também um tempo necessário de amadurecimento do olhar sobre os processos que se avizinham em desdobramentos inconclusos.

É importante ressaltar que muitos cientistas se reuniram para debates sobre desafios impostos pela pandemia, concedendo depoimentos (Bittencourt; Hoelz, 2021) que constituem espécies de testemunhos de uma época. Uma das substantivas questões postas na discussão aborda o modo como o patrimônio sociológico pode contribuir para responder aos efeitos da pandemia sobre a vida social. Em que pese a diversidade ou ênfase em determinados aspectos as marcas de temporalidade foram formuladas no conjunto das respostas permeadas de projeções sobre o “depois”. O planejamento sugerido como necessário abrange um caráter interseccional, acenando para a necessidade de envolver análise coordenada de práticas nos vários campos de atividade social. Nesse conjunto abrangente de reflexões emerge um olhar dirigido às cidades.

A sociologia urbana constitui um dos ramos representativos do saber no âmbito das

ciências sociais, caracterizando-se por recortes voltados a entender as cidades em processos variados de expressão. Um conjunto de investigações e reflexões teóricas de pesquisadores vem buscando problematizar as metrópoles em sua face plural e dinâmica.

Nos últimos trinta anos do século XX, as cidades foram objeto de análise sociológica que se reatualizou na esteira dos desafios conjunturais. *A questão urbana*, título de um dos livros de Manuel Castells (1983), frequentou parte significativa das teorizações sobre cidades, influenciando pesquisas voltadas às transformações da realidade urbano-industrial no Brasil e da América Latina.

No contexto específico brasileiro, o dinamismo da sociologia urbana destacou processos e modos variados de combinar espaços e temporalidades que punham em contradição crescimento e desigualdades sociais, modernidade e atraso: ambivalências espalhadas em territórios com suas partituras desafinadas.

As reflexões de Kowarick (1979, 2000, 2009) sobre cidades em dinâmicas micro e macro-sociais apontaram situações de espoliação urbana que incluíam trabalho, transporte e moradia. Outras abordagens correlatas presentes na sociologia urbana brasileira trouxeram à tona os temas das ilegalidades (Telles, 2010), dos contrausos (Leite, 2010), da segregação (Caldeira, 2000), da pobreza (Carvalho; Almeida; Azeo, 2001; Guimarães, 2004) dos espaços e dos tempos (Fhrese, 2016).

O importante a se destacar nessas referências, que não incluem o largo conjunto da produção sociológica voltada para o tema da chamada “questão urbana”, é sua relação intrínseca com os fatos sociais. Tudo se passa como se as cidades, não obstante suas diferenças fossem uma grande tela onde se desenrolam os dramas cotidianos em fluxo permanente. Trata-se de formulação compreensível, considerando-se que atualmente cerca de 55% da população mundial vive em cidades (UN-Habitat, 2016). De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Es-

tatística (IBGE), de 2019, o Brasil tinha mais de 210 milhões de habitantes.³ A cada cem habitantes, 84 moram em área urbana.

Nesse sentido, não seria exagerado afirmar que a sociologia urbana sinaliza uma espécie de termômetro da vida social, conferindo um protagonismo de atores e instituições envolvidos em rede diante de instigações de larga conexão. As cidades contemporâneas como “lugares subnacionais em que diversos circuitos globais se cruzam e, a partir daí, posicionam essas cidades em diversas geografias transfronteiriças estruturadas” (Sassen, 2010, p. 22) se tornam bastante profícuas. Na visão da pesquisadora, as cidades assumiriam o protagonismo das ações, substituindo os estados e se articulando com empresas e mercados internacionais.

É verdade, no entanto, que a pandemia interpelou a ação das políticas de estado e a necessidade de associar governança local com ingerências nacionais. As tensões entre as propostas de governos locais e diretrizes nacionais no Brasil evidenciaram não só a importância da difusão da informação, mas também o estado de proteção social em regiões onde os processos de acumulação de riqueza foram indutores de desigualdades sociais.

De uma perspectiva mais filosófica, a dimensão imponderável das mudanças mostrou também o quanto o sentido de progresso e de evolução estava presente nas formas de ver e explicar o mundo. Os aportes sociológicos baseados nas noções de contingência, acaso e incerteza foram atualmente revisitados, corroborando com questões já tratadas por Beck (2010) na análise sobre a sociedade de risco.

Em um escopo também abrangente, teorizações sobre a era antropocêntrica e os ciclos de vida e meio ambiente em um contexto anterior à pandemia (Ingold, 2007; Latour, 2020) chamaram atenção para a importância de uma análise científica sobre o social capaz

³ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2000/inicial>. Acesso em: 4 out. 2022.

de incluir o meio ambiente e suas agências peculiares. Um sentido de interdisciplinaridade convocou as ciências sociais para um olhar conjunto e articulado às demais áreas do conhecimento.

Além de dimensões macrosociais suscitadas no curso dos acontecimentos, surge a importância de uma observação sensível da cidade capaz de direcionar sentidos e eventos específicos.

A esse respeito, as formulações de Henry Lefebvre (1974) são inspiradoras. Sua proposta analítica inclui uma análise sobre a cidade cuja metáfora se baseia no ritmo das ações que se apresentam no corpo, nos ciclos da natureza, nas ciências sociais e exatas, na música e na poesia. Trata-se de ações que integram tanto o repetitivo como o descontínuo e inovador. A ritmoanálise, priorizando o sensível, permite registrar em uma investigação movimentos, lentos ou fortes, que permeiam as relações sociais cotidianas na cidade. A construção analítica que não se opõe às reflexões mais abrangentes sobre o espaço e o tempo na modernidade permite observar a sazonalidade de um bairro nas tensões e sociabilidades que integram seu cotidiano.

O ritmoanalista nesse desenho metodológico escuta rumores e silêncios, cuida de evitar sínteses apressadas. Sendo um pesquisador sensível a mudanças e situações que se processam em tempos e espaços diferenciados, ele buscará, na concepção inovadora de Lefebvre (1991), “escutar” uma casa, uma rua, uma cidade, uma praça ou mercado, tal como um auditor escuta uma sinfonia. Transformaria assim a presença em presente, aproximando-se da poesia e registrando a temporalidade urbana em suas interações geracionais, incluindo as interações e alternâncias de silêncio ou barulho, movimentos policentricos ou sinfônicos.

Destaco também, nesse percurso analítico, as reflexões de Fortuna (2020, 2021) sobre a observação do ruído no espaço público. O autor parte da constatação sobre a gradual e histórica perda de estranhamento do som

produzido no momento da industrialização e expansão da vida urbana. O “mundo social do ruído”, para usar a expressão de Fortuna, incluiu tanto a existência do silêncio como outros sons que foram disciplinados e hierarquizados no curso da educação musical.

Nessa via de inspiração, a pandemia teve sua orquestração sonora. Outros sons preenchem o vazio das ruas. Músicas tocadas em violinos vindas de apartamentos ou executadas em portão de prédios sinalizaram a linguagem coletiva do pedido de calma. As janelas apontavam espaços possíveis de comunicação, sendo um lugar emblemático de quebra do silêncio.

O convívio privado que caracterizava os rituais de festejos familiares foi substituído por sistemas de sons e faixas anunciando aniversários. Empresas especializadas em promover surpresas aos homenageados e assegurar a lembrança de nascimentos permitiram ritos comemorativos à distância. Tornou-se costume ouvir os parabéns cantados junto com felicitações vindas de autofalantes que tornavam públicos os aniversários. Músicas religiosas buscavam, a seu modo, substituir a presença de fiéis nas missas dominicais, enviando mensagens de encorajamento aos ausentes.

No âmbito da política, o bater de panelas durante os pronunciamentos presidenciais instituiu o som do protesto possível, em substituição à presença nas ruas. O registro dessa indignação em várias capitais brasileiras, reproduzido pela Rede Globo, expressava a crítica ao negacionismo e à ineficácia das políticas nacionais de saúde. O evento lembrava outro momento do bater de panelas típico do início da abertura política no Brasil.

Sons de outra natureza como o barulho de ambulâncias promoviam curiosidade e medo. Uma voz também se tornou emblemática no cotidiano da população cearense, ansiosa por notícias sobre o controle da doença. Refiro-me ao boletim diário do médico presidente da Unimed, Elias Leite, com o anúncio das mortes, internamentos e altas. A notícia dos registros difundidos em WhatsApp era acom-

panhada de frases alentadoras: “vai dar certo, vamos vencer, estamos fazendo de tudo”.

A frase “vai dar certo” se tornou ícone da resiliência e símbolo do saber médico em busca de aplacar o temor da população. Era possível também encontrar a mensagem escrita em portas de estabelecimentos comerciais ou farmácias, funcionando como espécie de convocatória ao otimismo. Nos embates ideológicos que pontuaram os discursos sobre a pandemia, a fala do médico era uma espécie de voz intermediária da razão sob o bálsamo do otimismo.

A vitória contra o vírus foi igualmente ritualizada nas altas hospitalares, fortalecendo a importância do conjunto de cuidadores, médicos e enfermeiros. Os denominados “soldados permanentes da batalha” adquiriram visibilidade, rompendo os muros da reclusão hospitalar por meio de imagens televisivas.

O conjunto de situações expressivas de sons, ações e palavras reforçam a percepção da pandemia como *fato social total*. Perelman (2021), inspirando-se em Marcel Mauss, faz essa apropriação conceitual, considerando ainda que as formas de ação e reação provocadas pela Covid-19 devem ser analisadas tendo por base uma chave territorial. A proposta supõe incorporar, na investigação, narrativas de pessoas que lidaram de diferentes formas com a situação.

Ainda sob o crivo de uma metodologia voltada para a especificidade de situações, destaca-se a proposta de Becker (2021) sobre a necessidade de englobar, nas pesquisas, observações detalhadas de lugares sociais capazes de identificar situações e respostas da população aos desafios vividos. Lugares, que como lembra bem Fortuna (2021), necessitam ser objeto de um olhar não colonizado capaz de pensar sobre as “outras cidades” dentro e fora das urbanidades mais visíveis que são mormente tratadas na sociologia urbana.

A experiência recente da pandemia chama atenção para pensar o mundo urbano com a lógica da multiplicidade de fatores que

interagem, repondo antigas e novas questões. A tragédia ensina formas alternativas de viver na cidade, outros modos de pensar a política da vida, provocando nos cientistas sociais um olhar sobre o urbano em tempos de suspensão, incluindo abordagens micro e macrosociais.

Recebido para publicação em 18 de junho de 2022
Aceito para publicação em 29 de julho de 2022

REFERÊNCIAS

- BARREIRA, I.; NILIN, D. G. Participação e confiança institucional: interpelações sociológicas de uma experiência. In: BARREIRA, I. NILIN, D. G.; DANTAS, E. *Aprendizados e desafios da participação: a experiência do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021. p. 19-33.
- BAUMAN, Z. *Medo líquido*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Tradução de Sebastiao Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECKER, H. Simpósio mundo social e pandemia. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 314-315, 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp19>.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1982.
- BRESCIANI, M. S. Metrôpoles: as faces do mostro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8-9, p. 35-68, 1985.
- BITTENCOURT, A.; HOELZ, M. Simpósio mundo social e pandemia. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 261-435, 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp19>.
- BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A. Desigualdades socioespaciais e pandemia: a dimensão metropolitana da covid. In: LEITE, P. R.; VIEIRA E. C. J. *Distopias urbanas*. Sergipe: Criação Editora, 2021. p. 47-76.
- BOURDIEU, P. *La distinction, critique social du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.
- BONDUKI, N. A pandemia bate à porta: velhos e novos desafios urbanos. In: BORGES, A.; MARQUES, L. *Coronavírus e as cidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020. p. 131-135.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- BITTENCOURT, A.; HOELZ, M. Simpósio mundo social e pandemia. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 289-283, 2021. <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11esp19>
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H.; AZEO, J. S. G. Dinâmica a metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social: Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-114, 2001.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

- DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- DELUMEAU, J. *A história do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DURKHEIM, E. *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Martins Fontes, 1973.
- ELIAS, N. *Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FHRESE, F. Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos de urbanização. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 100-118, 2016.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FORTUNA, C. O mundo social do ruído: contributos para uma abordagem sociológica. *Análise Social*, Lisboa, v. 55, p. 29-71, 2020.
- FORTUNA, C. Tem alguém aí? Sobre a pandemia sonora das “outras cidades”. In: LEITE, P. R.; VIEIRA, E. C. J. *Distopias urbanas*. Sergipe: Criação Editora, 2021. p. 15-28.
- FRÚGOLI, H. A casa e a rua em tempos de Covid-19: uma leitura antropológica de “Diário de confinamento” (Suzana Bragatto). *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 481-507, 2020.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOFFMANN, E. *Comportamento em lugares públicos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GOLDSBLOM, J. Les grandes épidémies et la civilisations des moeurs. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, [s. l.], v. 68, p. 3-14, 1987.
- GONÇALVES, D. N. et al. *A vida na quarentena: deslocamentos e aglomerações de pessoas em Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 2020. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://lepec.ufc.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio-de-pesquisa-a-vida-na-quarentena-deslocamentos-e-aglomeracoes-de-pessoas-em-fortaleza-3.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.
- GUIMARÃES, I. B. Diferenciação dos arranjos familiares e espaço social Urbano. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 40, p. 79-92, 2004.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, D. A política anticapitalista na época da Covid-19. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597468-a-politica-anticapitalista-na-epoca-da-covid-19-artigo-de-david-harvey>. Acesso em: 20 maio 2022.
- INGOLD, T. Earth, sky, wind and water. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 13, p. S19-S38, 2007.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LATOUR, B. *Diante da gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno*. Tradução de Maryalua Meyer. São Paulo: Ubu, 2020.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, H. *Éléments de rythmanalyse: introduction a la connaissance des rythmes*. Paris: Éditions Syllepse, 1974.
- LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana*. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.
- MARTINS, P. H. Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 41-417, 2010.
- MISKOLCI, R. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. São Paulo: Autêntica, 2021.
- MOURA, C. P. Horizontes de condomínios: muros, medos e perigos. In: MACHADO, L. Z.; BORGES, A.; PATRIOTA, C. (org.). *A cidade e o medo*. Brasília, DF: Editora Francis, 2014. p. 85-99.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- PEQUENO, R. et al. *A Covid-19 nas periferias de Fortaleza*. Fortaleza: Observatório das Metrópoles, 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BACleo-Fortaleza_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf. Acesso em: 2 mar. 2022.
- PERELMAN, M. D. A pandemia como fato social total, como crise e desigualdade urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 34, p. e021039, 2021.
- ROSA FILHO, D. S.; CAMPOS, A. F. O caos programado dos transportes coletivos em momento de pandemia. In: BORGES, A.; MARQUES, L. *Coronavírus e as cidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2020. p. 64-68.
- SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.
- SASSEN, S. *A sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público e as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.
- SIMMEL, G. *Sobre la individualidad y las formas sociales*. Escritos escogidos. Ciudad de México: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- TELLES, V. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- UN HABITAT. *Urbanization and development: emerging futures..* Nairobi, 2016. (World Cities Report 2016). Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/WCR-2016-WEB.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2011.

**SUSPENSIONS TIMES...
grave and acute tones of the pandemic in public
space**

Irllys Alencar F. Barreira

Urban life as an expression of macro and microstructural processes has become complex, considering the pandemic, highlighting the old dilemmas of sociability in public spaces. In such circumstances, the restrictions imposed on the displacement of the population in the streets came to the fore, representing important matters to think about. The article would list some challenges caused by the pandemic, in dialogue with contributions from urban sociology, prioritizing the following themes: vulnerabilities and urban spoliation, public space, feelings, behaviors and interpellations to urban sociology on a macro and micro social scale. The text is based on theoretical works about the analysis of city life in terms of collective living, intellectual debates raised by the advent of the pandemic, empirical research and observations made mainly in Fortaleza. The final reflections converge on possible connections between classic and recent issues directed at urban sociology.

KEYWORDS: City. Public Space. Affections. Pandemic. Urban Sociology.

**TEMPS DE SUSPENSION...
le grave et l'aigu de la pandémie dans l'espace
public**

Irllys Alencar F. Barreira

La vie urbaine en tant qu'expression des processus macro et microstructurels est devenue complexe, compte tenu de la pandémie, mettant en évidence les anciens dilemmes de la sociabilité dans les espaces publics. Dans de telles circonstances, les restrictions imposées au déplacement de la population dans les rues sont venues au premier plan, représentant d'importants sujets de réflexion. L'article listerait quelques défis posés par la pandémie, en dialogue avec la sociologie urbaine, en priorisant les thèmes suivants : vulnérabilités et spoliation urbaine, espace public, sentiments, comportements et interpellations à la sociologie urbaine à l'échelle macro et micro sociale. Le texte s'appuie sur des travaux théoriques d'analyse de la vie citadine en termes de vie collective, des débats intellectuels suscités par l'avènement de la pandémie, des recherches empiriques et des observations réalisées à Fortaleza. Les réflexions finales convergent vers possibles connexions entre des problématiques classiques et récentes dirigées sur la sociologie urbaine.

MOTS-CLÉS: Ville. Espace Public. Affections. Pandémie. Sociologie Urbaine.

Irllys Alencar F. Barreira – Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora titular de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do CNPq, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (Paris) e no Instituto de Ciências Sociais – ICS (Lisboa). É autora dos livros: *O reverso das vitrines, conflitos urbanos e cultura política* (editora Rio Fundo, Rio de Janeiro, 1992), *Chuva de papéis, ritos e símbolos de campanha eleitoral no Brasil* (editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1998), *Imagens ritualizadas, apresentação de mulheres em cenários eleitorais* (editora Pontes, São Paulo, 2008) e *A cidade como narrativa* (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa).

